**A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL E O CAPITALISMO DEPENDENTE: INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO, SEGUNDO FLORESTAN FERNANDES**

Paloma Mariucci; UFSC; palomamariucci@gmail.com

Silvio Antonio Ferraz Cário; UFSC; fecario@yahoo.com.br

Área temática 4: História Econômica e Social e História do Pensamento Econômico

**RESUMO**

Este trabalho visa explorar as particularidades da revolução burguesa no Brasil, bem como as características do capitalismo dependente estabelecido no país, conforme analisado por Florestan Fernandes, considerado um dos maiores sociológos do país. Na sua concepção, a revolução burguesa no Brasil apresenta-se distinta das revoluções ocorridas em outros países como França, Alemanha e Estados Unidos. Diferente desse países, os atores sociais antigos dominantes não são excluídos das nas novas organizações que se estabelecem, após as rupturas. O antigo poder econômico e político nos vários momentos de transformaçoes históricos, incorpora-se a nova estrutura que de estabelece. Ajusta-se, remodela-se e adapta-se a nova ordem competitiva. O caminho seguido sempre não promove grandes traumas e rupturas que levam a um processo verdadeiro de transformação econômica e social. Esse processo, por sua vez, resulta na consolidação de uma burguesia ultraconservadora, reacionária, inerte e subordinada. Ao longo do tempo, estabelecem-se ciclos de desenvolvimento pautado por exclusão social, garantia a uma minoria privilegiada dos recursos econômico e constituição de uma democracia restrita, com uso da força em certos momentos para se manter no poder. No contexto de um capitalismo dependente, desenvolvem-se laços entre as elites dominantes internas e agentes externos. Nesse curso, o país passa por modernização conservadora, transitando de um capitalismo competitivo para um modelo monopolista. Essa modernização ocorre sem autonomia ou auto-determinação, mantendo-se, sempre, sob a influência e subordinação externa. Ao fim e ao cabo, a contribuição analítica de Florestan Fernandes lança luz para pensarmos o alcance e os limites do desenvolvimento econômico brasileiro nos dias atuais. Os desafios que se colocam são enormes para promover o desenvolvimento nacional, mais equitativo, inclusivo e distributivo diante de um quadro de dependência econômica global constituído historicamente

Palavras-chave: revolução burguesa, capitalismo dependente, modernização conservadora

# 1 INTRODUÇÃO

A sociologia brasileira ganhou vulto a partir do grande intelectual brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995). Formado na Universidade de São Paulo (USP), Florestan abriu caminho para análises sociológicas, propriamente ditas, acerca do Brasil, pesquisando os grandes temas brasileiros pertinentes a esse campo, e os apresentando em obras influenciadas pelos clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx. A importância de Florestan também se deve ao engajamento político prático, que marcou toda a sua trajetória. Foi professor de uma geração inteira de sociólogos que estenderiam os estudos sobre o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, contribuindo decisivamente para formar novos e importantíssimos intelectuais, com destaque para os sociólogos Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Em seu livro “A revolução burguesa no Brasil”, ensaio de interpretação sociológica, Florestan estabelece uma interpretação sócio-histórica da constituição da burguesia no Brasil, analisando quatro momentos sócio-históricos distintos e relevantes, que antecederam o golpe de 1964: a independência seguida dos acontecimentos da abolição da escravidão e da proclamação da república; a presença dos novos atores que permitiram grandes mudanças na realidade econômica, social e política do país; a mudança na relação entre capital internacional e organização da economia interna; e a expansão e universalização da chamada ordem social competitiva do capitalismo dependente no Brasil (FERNANDES, 2005).

Pensado inicialmente para ser uma obra didática e acessível para os leitores, o livro tornou-se bastante complexo, constituindo certamente uma das principais análises já realizadas sobre a formação da sociedade brasileira. Recebido à época como uma tentativa de explicação das origens e dos fundamentos do Estado autoritário, o livro tornou- se, com o decorrer do tempo, um dos clássicos da sociologia histórica brasileira. Conceitos como classes sociais, questão racial, imperialismo, dependência e a concentração do poder e a riqueza, permearam as distintas fases do pensamento do autor, demonstrando sua autêntica preocupação em compreender a nação brasileira e propor alternativas para a busca de uma sociedade justa.

Na análise e problematização do capitalismo dependente, do subdesenvolvimento e da revolução burguesa, um elemento aparece de forma transversal, a saber, a construção da história e da formação social-econômica do povo brasileiro é perpassada por um amplo processo de exclusão política. Os ciclos econômicos, o centro dinâmico de acumulação e a mudança nos distintos sistemas políticos, lograram uma série de transformações.

Preocupado em entender o modo pelo qual a luta de classes condiciona o processo de acumulação da periferia, o trabalho de Florestan Fernandes consiste em identificar o processo sociocultural responsável pela modernização das economias capitalistas dependentes. Trata-se assim de explicar por que o regime de classes se compromete com a reprodução de nexos de subordinação externa e com a reciclagem de anacronismos sociais internos (PINTO JUNIOR, 2016).

A revolução burguesa, para Florestan Fernandes, constitui um tema crucial para o estudo sociológico da formação e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, propõe como objetivo central de sua obra examinar a etapa de consolidação do modo de produção capitalista no Brasil “como uma realidade parcialmente autônoma, com tendências bem definidas à vigência universal e à integração nacional” (FERNANDES, 2005, p. 29). Contudo, no curso da análise, avança, apontando que a forma como se processa a revolução burguesa no Brasil - conservadora e excludente -, não tinha similariedade com as revoluções que ocorreram em outros países – França, Alemanha e Estados Unidos. Figurou, sim, com características de uma revolução em país periférico, cujas transformações capitalistas foram marcadas por democracia restrita e minoria privilegiada. Assim afirma: “[...] ela desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente” (FERNANDES, 1975, p. 77).

A compreensão do debate acerca do caráter da revolução burguesa no Brasil é imprescindível ao exercício de interpretação da realidade contemporânea do país. Tal entendimento requer uma cautelosa análise sobre os processos que conduziram ao amadurecimento do tipo particular de capitalismo que se desenvolveu no Brasil, bem como sobre a formação do Estado e sua relação com as classes sociais. Atento que estava às necessidades de análise sociológica da sociedade brasileira na primeira metade do século XX, o pensamento de Florestan Fernandes cada vez mais se insere nos debates nacionais do caráter do capitalismo brasileiro, visando contribuir para uma orientação teórica que possibilite melhor entender o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva construir um debate conceitual a partir da construção teórica dos conceitos de capitalismo dependente e revolução burguesa, apresentados em Florestan Fernandes, no desafio de identificar como tais marcas da formação nacional brasileira incidem sobre a formação de organização e composição do sistema econômico e político brasileiro. Para tanto, o artigo está organizado em quatro seções, sendo que, nesta 1ª. seção, expõe-se o objetivo do estudo; na 2ª. seção, discutem-se aspectos da revolução burguesa no Brasil – características; na 3ª. seção, são apontados os elementos que caracterizam o capitalismo dependente constituído no país; e, na 4ª. seção, apresentam-se as considerações finais.

# 2 A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS CENTRAIS

A produção teórica, contida em “A revolução burguesa no Brasil”, dedica-se à análise da dominação burguesa e da forma de inserção do país no capitalismo monopolista, assumindo a forma de “capitalismo dependente”, conceito dado por Florestan Fernandes (2005). Florestan, nesse livro, concentra seu posicionamento teórico-metodológico e político-social perante a esse debate e tem como sentido essencial, segundo o próprio autor, a recapturação de uma teoria em defesa da retomada de categorias, como revolução, dominação burguesa e luta de classes, que, ao tratar da transição para o capitalismo industrial nas nações periféricas, como o Brasil, haviam sido substituídas indiscriminadamente pelas noções de elites e modernização (BARÃO, 2008).

As questões centrais que orientaram Fernandes em seu ensaio sobre a revolução burguesa no Brasil coincidem com as preocupações dos clássicos do marxismo ao analisarem as particularidades da revolução burguesa em diferentes países e regiões do mundo: a passagem da velha ordem e do mercantilismo para o modo de produção capitalista; a formação do Estado nacional; os resquícios do velho, que permanecem e se refuncionalizam na nova ordem; e as classes que protagonizam esses processos de transformação capitalista (MAZUCATO, 2016).

A expressão “revolução burguesa no Brasil”, para Florestan Fernandes, significava o processo de consolidação do capitalismo no Brasil, com uma autonomia parcial com fortes tendências à integração nacional, ao menos neste momento específico da análise. O que importava realmente para ele não eram as possibilidades, o que poderia ter acontecido, mas o que realmente ocorreu, ou seja, as diferentes etapas da consolidação do capitalismo no Brasil, com as devidas transformações que estas proporcionaram.

A partir da análise sobre o lugar e as implicações da Independência na formação da sociedade burguesa no Brasil, Florestan Fernandes se debruça sobre o papel do Estado nacional e do liberalismo, na versão em que assume no contexto brasileiro. Esse é o momento que marca o fim da “era colonial”, o surgimento da sociedade nacional e a organização do poder em marcos nacionais, a partir de dentro. Um traço próprio desse processo, segundo Florestan, corresponde à exclusão da participação das massas de trabalhadores, em que a formação da burguesia prescindiu da formação do cidadão de direito. A expressão máxima desse processo evidencia-se com a contradição presente na Independência, que mantém o regime de trabalho escravo, e a extrema concentração de renda e de poder político “por reduzidas elites” (FERNANDES, 2005, p. 51).

Na concepção de Florestan Fernandes, a revolução burguesa é um processo histórico pelo qual se constituem as estruturas e os dinamismos econômicos socioculturais e políticos, necessários à reprodução e à expansão do capitalismo dentro de um determinado espaço nacional. Portanto, cabem à revolução burguesa duas tarefas fundamentais: de um lado, é necessário superar os obstáculos que impedem a penetração e o funcionamento do capitalismo em bases nacionais; de outro, o processo de constituição de estruturas estatais deve criar condições para que as classes sociais se identifiquem positivamente com o regime burguês, condição indispensável para a sua afirmação como sistema econômico e social dominante. Nas sociedades emergentes que ainda não completaram o ciclo de consolidação de seu Estado nacional, tal processo significa criar os requisitos materiais, socioculturais e morais indispensáveis para que a sociedade tenha acesso às estruturas e aos dinamismos econômicos de seu contexto civilizatório. O desafio consiste em universalizar a ordem social competitiva em todo o território nacional e consolidar a internalização de forças produtivas tipicamente capitalistas (SAMPAIO JR, 1999).

Sobre o processo que desencadeou a revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes (2005) mostra como o capital estrangeiro soube se adaptar às novas transformações decorridas do desenvolvimento interno, perpetuando, desse modo, a heteronomia econômica e a subjugação do Brasil diante das economias centrais. Os agentes do nosso mercado interno viram tolhidos os seus anseios mais profundos, restando a acomodação ao processo de substituição de um tipo de controle externo por outro, o que deixou uma ampla margem de dominação econômica aos importadores europeus. Como eram os importadores estrangeiros que detinham a capacidade financeira e tecnológica para este empreendimento, coube a eles a direção desta reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional, convertendo a aristocracia agrária nativa em sócia-menor dos interesses do capital externo (PEREZ, 2018).

Segundo Perez (2018), apesar de o sociólogo considerar as mudanças que impulsionaram o desenvolvimento capitalista, ele mostra que não houve no Brasil um processo significativo de alteração das suas relações econômicas com o exterior, pois estas apenas modificaram a qualidade dessas dependências. Foi característico de tais transformações o aparelhamento do país para montar e expandir a economia capitalista dependente, com os quadros de um Estado nacional controlado politicamente por elites nativas. Com isso se desenvolveu concomitantemente um novo padrão de crescimento econômico interno e a organização dos nexos de dependência econômica com o exterior (PEREZ, 2018).

A sociedade burguesa se manifesta em nível global, no início do século XIX, como resultado da luta da burguesia que despontava contra as antigas relações feudais de produção, sendo impulsionadas com a formação dos Estados nacionais decorrentes de diversas lutas, vitórias e derrotas no contraditório e longo processo de revolução burguesa. Considerando esse aspecto, Fernandes (2005, p. 239) conceitua a revolução burguesa como um conjunto de diversas “transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”.

A revolução burguesa marca o início da hegemonia da burguesia entendida como classe, assentando sua cosmologia de classe como cosmologia da sociedade; e o capitalismo, como modo de produção plenamente estabelecido, entendido como complexo sociocultural. A burguesia, neste modelo, concentrou em si os interesses de toda a sociedade, uma vez que “o proletariado e as camadas da população urbana que não pertenciam à burguesia ainda não tinham quaisquer interesses separados dos da burguesia, ou ainda não constituíam classes ou setores de classe com desenvolvimento independente” (MARX, 1985[1848], p.49). Ao lutarem ao lado da burguesia, esses grupos lutavam pela realização dos interesses burgueses. Tal luta significava, no entanto, o revolucionar de seu modo de vida, o revolucionar dos instrumentos de produção; portanto, das relações de produção, e, portanto, do conjunto das condições sociais (MARX; ENGELS, 1985[1848]).

Do ponto de vista da historiografia especializada, a noção de revolução burguesa designa, invariavelmente, os processos de transformação social e econômica e, particularmente, as conjunturas de transformação política radical que, entre os séculos XVI e XIX, marcaram, em certas sociedades ocidentais, a passagem da antiga ordem aristocrática e absolutista a uma sociedade de classes, a um sistema econômico e a um regime de poder orientado por princípios capitalistas e por valores sociais tipicamente burgueses . Por outro lado, do ponto de vista da teoria sociológica, a revolução burguesa constitui uma etapa no desenvolvimento histórico de algumas sociedades, atravessando um processo de modernização capitalista, na qual a mudança política e social operada em favor dos setores ligados à nova ordem econômica conduz à instauração de uma ordem política aberta e competitiva, e, portanto, formalmente democrática (D’INCÃO, 1987).

Ao utilizar a expressão revolução burguesa para designar o processo de modernização das estruturas produtivas e sociais do Brasil, Florestan não está utilizando o conceito no sentido de identidade com as revoluções burguesas clássicas, como, principalmente, a francesa e a norte-americana. Observa-se de fato uma utilização heterodoxa do conceito de revolução burguesa, referente a um processo de longa duração: o lento processo brasileiro de transição ao capitalismo. A heterodoxia desse conceito de revolução burguesa visa apanhar não apenas as características revolucionárias de uma revolução, mas, também, paramenta as contrarrevolucionárias, em especial o reforço pelo capital monopolista, fora das relações pré e subcapitalistas internas (MENESES, 2021).

Para Florestan Fernandes, a revolução burguesa só tem início quando surgem atores sociais comprometidos com a construção de um Estado nacional. Nesse sentido, a tarefa fundamental consiste em superar tanto os anacronismos pré ou extracapitalistas que bloqueiam a generalização de relações de produção, típicas do capitalismo, quanto os nexos de dependência externa que obstaculizam a plena constituição de centros internos de decisões. Desse modo, a eclosão da revolução burguesa pressupõe, consequentemente, a existência de um processo de mercantilização suficientemente desenvolvido, permitindo que o mercado interno possa ser transformado em espaço econômico de reprodução ampliada do capital (SAMPAIO JR, 1999).

A esse respeito, Fernandes (2005), aponta que a revolução burguesa no Brasil não se concretizou mediante uma ação revolucionária e nem pode ser datada de forma precisa. Ao contrário, trata-se de um processo histórico, no qual, em cada momento marcante de ruptura, o antigo, em relações de poder econômico e político, é incorporado ao novo e não excluído dos processos de trasformações. Verifica-se isso nas fases consideradas: a) era neocolonial - a partir da Independência, se modificam as funções econômicas senhoriais, mantendo-se a escravidão intacta (início do século XIX até a década de 1860); e b) de emergência e expansão do capitalismo dependente (da abolição da escravidão à emergência de um capitalismo competitivo, e posterior capitalismo monopolista) (FERNANDES, 2005).

Florestan, aponta ainda que, mesmo com a emergência e expansão do capitalismo dependente da 1ª. fase da revolução burguesa – último quartel do século XIX até 1930, ocorreram várias transformações. Assim, identifica-se transformação estrutural profunda na ordem social competitiva, com padrões de organização econômica, típicos do capitalismo nos países centrais; que instaura o capitalismo competitivo sem condicionar mudanças das características da economia neocolonial; mantendo estado heteronômico com relação ao exterior. Apesar disso, aponta Florestam que as transformações ocorrem conciliando o passado arcaico, “heteronômico”, dependente, e as formas modernas de organização da produção e das relações sociais. Enfim, não há uma ruptura com o “velho” por parte do “novo” que surge. Os dois se imiscuem, criando um produto particular, o “capitalismo dependente”.

Fernandes (2005) recorre ao desenvolvimento do processo histórico das mudanças para fundamentar o tratamento dado à revolução burguesa no Brasil, afirmando que a burguesia já vinha se constituindo como classe nos séculos anteriores, e os grupos mercantis passam a ter centralidade na economia, emergindo como uma nova classe social, a partir dos séculos XV e XVII. Nos séculos XVII e XVIII, essa nova classe se constitui e constrói sua hegemonia política e cultural, entrando em confronto com a feudalidade. A derrota definitiva do velho regime terá seu apogeu nos confrontos de 1688/89, na Inglaterra, e 1789, na França. No século XIX já se tem a burguesia triunfante, com um Estado a sua imagem e semelhança: o Estado burguês. (FERNANDES, 2005). Nesse processo, a “moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 2008, p. 9). O antigo regime, impulsionado pela burguesia ascendente, havia se tornado um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas, o que conferiu para a burguesia um papel histórico revolucionário na superação da ordem feudal e absolutista, até a sua completa consolidação como classe dominante já na sociedade capitalista.

Nas condições de erupção da revolução burguesa no Brasil, alguns personagens históricos se metamorfosearam e também se chocaram entre si. Um processo de contradição aconteceu entre os novos agentes econômicos que impulsionavam uma economia tipicamente capitalista e o senhor rural. Fernandes (2005, p. 129-130) mostra como o “senhor rural” transforma-se em “grande proprietário” (principalmente como fazendeiro de café), a partir das determinações econômicas em andamento. Nessa linha, observa-se que o senhor rural tradicional, com a paulatina perda do seu poder político e econômico é, aos poucos, coagido pelo mercado externo a assumir a posição de agente econômico industrial. E operam-se, sobretudo, duas transformações: a primeira é que ele é incentivado a acumular riqueza fora da propriedade rural; e a segunda consiste em forçá-lo a renunciar ao *status* senhorial, adaptando-se às prerrogativas de grande proprietário urbano, segundo determinações puramente econômicas (FERNANDES, 2005).

A alteração do sistema econômico foi o primeiro aspecto revolucionário dessa fase de transformações pela qual o Brasil atravessaria, haja vista que, a partir dela, foram se engendrando novas necessidades, que tornaram inviável a estrutura em vigor até então. A própria Abolição da Escravidão se deu – não só – mas principalmente, porque o sistema de exploração escravista já não dava conta de atender as demandas produtivas que estavam emergindo, e sua supressão era uma das condições fundamentais para a consolidação do modelo burguês de sociedade.

O mesmo pode ser dito da Proclamação da República: ela significou uma grande ruptura no sentido de que esboçou a possibilidade de desenvolvimento nacional, uma vez que, com o fim do Império, o poder passaria a ser organizado – ao menos em tese – internamente, constituindo maior poder de decisão e autonomia à nação, tal como havia ocorrido nos países capitalistas centrais (França, Inglaterra). Posteriormente, observa-se como o modo pelo qual esse modelo econômico foi aqui implantado e as condições estruturais presentes do capitalismo brasileiro impediram o desenvolvimento interno independente do Brasil.

No Brasil, a ascensão das relações de produção capitalistas não poderia conduzir a uma revolução nacional e democrática, uma vez que isso representaria a eliminação da base de poder das elites agrárias e oligárquicas. Nesses termos, a burguesia emergente assume, necessariamente, uma natureza “ultraconservadora e reacionária” (FERNANDES, 2005, p. 250). Diante do exposto, pode-se afirmar que a revolução burguesa no Brasil não seguiu uma via clássica, na qual a burguesia se alia ao proletariado para pôr fim ao Antigo Regime. Ao contrário, a burguesia se aliou aos setores dominantes da sociedade, consolidando uma revolução “dentro da ordem” e “a partir de cima” (FERNANDES, 2005, p. 244). Em virtude deste fato, observa-se que a revolução burguesa no Brasil não realizou suas tarefas democráticas e nacionais, mas cumpriu a função de legitimar o desenvolvimento do capitalismo interno. De acordo com Florestan, a democracia burguesa caracteriza-se como uma “democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 249).

O processo da revolução burguesa no Brasil desenvolveu-se num quadro de “tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascida do dinheiro” (FERNANDES, 2005, p. 426). Assim, avalia-se que burguesia brasileira desistiu de construir um processo verdadeiramente revolucionário:

[...] ‘paladina da revolução ou de instrumento de modernidade’ imprimindo verdadeiras e profundas rupturas com o nosso passado colonial, senhorial e antidemocrático. Ao contrário, visando unicamente a lógica de maximização dos seus lucros e rechaçando a presença do conflito e da luta política, a burguesia optou pelo caminho mais fácil e aparentemente com poucos ‘traumas’, ‘preferindo a mudança gradual à composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora’ (FERNANDES, 2005, p. 427).

Nesse sentido, a revolução burguesa no Brasil foi debil, uma vez que não logrou cumprir as tarefas necessárias para consolidar uma dominação burguesa propriamente dita. Com isso, não universalizou-se uma ordem competitiva nacional, não foram internalizadas as forças produtivas, consolidando o mesmo papel primário-explorador dentro da divisão internacional do trabalho. Além disso, a revolução burguesa não caminhou no sentido de solucionar os impasses históricos do subdesenvolvimento, tampouco contribuiu para superar a existência de relações pré capitalistas que bloqueiam a plena generalização das relações de produção tipicamente capitalistas, assim como manteve uma série de anacronismos sociais, principalmente os que reforçam os nexos de dependência externa e os que mantêm uma estrutura política antidemocrática e não participativa.

Fernandes ([1975] 2006, p. 343) afirma que a “revolução burguesa”, no Brasil e no restante da periferia, é um “fenômeno essencialmente político”. Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, e especialmente no clima político da “guerra fria”, da luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, as nações capitalistas centrais e hegemônicas passaram a depender de “parceiros sólidos” nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia. A burguesia dos países dependentes precisa, assim, não só estar articulada internamente, em bases nacionais, mas ser bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. Para tanto, recorre a mecanismo para se legitimar no poder; poder que procede de cima para baixo. Nesse sentido:

A burguesia não está só lutando, aí [nas nações dependentes e subdesenvolvidas da periferia], para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. Isso introduz um elemento político em seus comportamentos de classe que não é típico do capitalismo especialmente nas fases de maturação econômica, sociocultural e política da dominação burguesa na Europa e nos Estados Unidos. [...] A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e autoprivilegiamento. [...]. Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classes preventiva (FERNANDES, [1975] 2006, p. 345-346).

Nesse caso, contudo, é preciso ter clareza de que, se a revolução burguesa no Brasil não alcançou os mesmos resultados e não atingiu o mesmo estágio de desenvolvimento tal qual havia acontecido nas históricas revoluções europeias, isso não se deve unicamente ao patamar atrasado no qual a sociedade brasileira se encontrava (PERONDI, 2007). Assim sendo, o simples fato de o capitalismo existente no Brasil não apresentar as mesmas condições estruturais e funcionais de que dispunham aquelas nações, por si só, já inviabilizaria a possibilidade de atingir um desenvolvimento igual ao atingido por aquelas. Entretanto, o que se busca destacar aqui é que o modelo econômico a que o Brasil foi submetido, sob o pretexto da modernização e desenvolvimento industrial, não apresentava os mesmos pressupostos e mecanismos dos modelos que foram implantados nos países capitalistas centrais.

Nesse contexto, a versão brasileira do padrão econômico não visava, sob aspecto algum, o desenvolvimento interno do Brasil. As inovações tinham como objetivo proporcionar o crescimento da economia aliado à manutenção das relações de dependência com as economias centrais. No entanto, para isso, não foram criadas novas situações de mercado que fugissem do esquema importação/exportação controlado de fora do país, que era a premissa da economia colonial brasileira, e que a configurava como uma nação subordinada na relação imperialista (PERONDI, 2007).

Para Fernandes (2005, p.340), um dos principais traços da revolução burguesa no Brasil é “uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia”. Isso explica porque a revolução burguesa na periferia é um fenômeno essencialmente político, voltado para a “criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (FERNANDES, 2005, p. 343). E prossegue:

Não estamos na era das ‘burguesias conquistadoras’. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorem ( FERNANDES, 2005, p. 343).

Posto isso, observa-se que o Brasil teve de encarar uma realidade áspera: de um lado a evolução burguesa possibilitou a emergência e a consolidação de um capitalismo brasileiro; no entanto – por outro lado – inibiu a integração nacional. De outra perspectiva, a revolução burguesa, tendo como seu agente burguesias dependentes e perfeitamente integradas ao imperialismo, possibilitou significativos avanços na modernização, em que pese optar pelo abortamento de uma revolução nacional. Para Sampaio Jr (1999, p. 159), “a limitada capacidade para impulsionar a revolução democrática nacional inviabiliza a constituição das estruturas e dinamismos capitalistas necessários para quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento”.

# 3 O CAPITALISMO DEPENDENTE A PARTIR DA REVOLUÇÃO BURGUESA

A era do capitalismo dependente no Brasil se inicia, para Florestan, por volta de 1880 e, até seus últimos escritos, o autor considerou que o país continuava envolto por esta estrutura. No entanto, verificam-se mudanças estruturais, dentro do próprio capitalismo dependente, que influenciarão toda a movimentação no plano da história em processo. Esse capitalismo, então, se encontra numa das formas específicas das fases do seu desenvolvimento. Nesse sentido, este conceito é, ao mesmo tempo, estrutural e histórico, isto é: define-se como parte de um determinado “sistema de produção”, para usar a expressão que designava preferencialmente (o capitalismo); como parte deste “sistema” num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nesta fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista).

Para Florestan Fernandes, “o capitalismo dependente é produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia” (SAMPAIO JR, 1999. p. 131). Florestan atribui esta realidade à especificidade de um processo de revolução burguesa, pela qual, para perpetuar nexos de subordinação externa e anacronismos sociais, inviabiliza a formação de vínculos construtivos entre a "economia" e a "sociedade". A questão central reside na reprodução de um tipo de regime de classes que mantém a concorrência e a luta política presas a uma dinâmica de circuito fechado (D’INCAO, 1987).

Uma vez que as economias dependentes não conseguem compatibilizar o aprofundamento das transformações capitalistas com mudanças sociais construtivas, a revolução burguesa assume o caráter de um fenômeno estrutural, impulsionado pela energia difundida pelo centro capitalista e calibrado pelo egoísmo autodefensivo das burguesias dependentes. Nessas circunstâncias, para Florestan Fernandes, a consolidação do padrão de dominação e acumulação capitalista resume-se ao desdobramento de dois processos articulados. Em primeiro lugar, é fundamental a constituição de uma "ordem social competitiva", que sirva de base para o funcionamento e a expansão de um sistema econômico baseado no trabalho livre e na iniciativa privada; bem como a estruturação de um Estado nacional fundado no direito positivo. Em segundo lugar, é vital a consolidação de um padrão de dominação, que garanta à burguesia dependente o monopólio do poder econômico e político (SAMPAIO JR, 1999).

Nessa via, observa-se que o Brasil faz parte do conjunto de países que absorve, de forma dependente, o progresso técnico desenvolvido no âmago dos países de capitalismo central e de industrialização avançada. Logo, as economias periféricas não têm condições produtivas e econômicas de absorver a modernização tecnológica advinda do centro. Contudo, por força dos interesses cosmopolitas das elites nacionais, o país incorpora uma estrutura produtiva dual, na qual convivem – em conflitos permanentes, porém coexistindo mutuamente – estruturas arcaicas e pré-capitalistas, relacionadas com a baixa produtividade e a subsistência, com outras estruturas modernas, vindas do exterior. Essa relação contribui para a eclosão de uma heterogeneidade estrutural, contrastando o desenvolvimento com a homogeneidade dos países centrais. Observa-se assim o seguinte:

A premissa subjacente é que a articulação de estruturas modernas e atrasadas é um expediente que permite as burguesias dependentes compensar a debilidade de sua estrutura de capital e o circuito de interdeterminação gerado pela extrema precariedade da conjuntura mercantil em que vivem (FERNANDES, 1968, p. 86).

Segundo Florestan, a ditadura constituiu o elo forte da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista no Brasil; ela foi a saída necessária para a burguesia, uma vez que a dinâmica do capitalismo competitivo, fomentando o desenvolvimento econômico, acabou, “dialeticamente”, impondo uma necessidade de ampliação da participação política, de uma revolução dentro da ordem, que gerasse uma democracia ampliada, pela qual, através da atuação efetiva das massas, romper-se-ia com o caráter autocrático e dependente do Estado nacional – algo impensável para a chamada “elite autocrática nacional”. A solução para tal “elite” foi o golpe militar, visto como forma de contrarrevolução preventiva. É importante salientar que Florestan, ao referir-se a uma contrarrevolução preventiva, não está dizendo que havia uma revolução socialista ou um golpe da esquerda a caminho, como afirmam alguns autores, que tentam justificar o golpe “preventivo” dos militares.

A possível revolução à que Florestan está se referindo é a que romperia com as estruturas arcaicas, no sentido de uma democratização burguesa, uma “revolução dentro da ordem”, como desdobramento mais provável do projeto conciliador de João Goulart. Sem a presença dos militares, “a correlação entre superposição de tempos históricos e deslocamento do poder político não ocorreria tão facilmente”, verificando-se, assim, que a ditadura militar contribuiu, de maneira decisiva, para garantir “a concentração quase imediata do poder político ao nível estatal, que se tornava necessária para a nova ‘transição modernizadora” (FERNANDES, 1980, p. 210).

Dessa forma, a implantação da ditadura militar permitiu a incorporação do país “às economias e ao sistema de poder dos países capitalistas centrais e de sua superpotência”, promovendo, assim, “uma nova forma de exploração da periferia, mais cruel e completa que as anteriores, nascidas da dominação colonial direta e do indirectrule” (FERNANDES, 1980, p. 25). As classes dominantes (com um polo nacional e outro internacional), valendo-se dos militares, realizam o equivalente (invertido) à proeza dos guerrilheiros de Sierra Maestra, ao intervirem no momento em que estrutura histórica e a história em processo se entrecruzaram. Entretanto, ao invés de realizarem uma revolução nacional – que, no caso de Cuba, evoluiu para uma revolução contra o neo-colonialismo –, as classes dominantes brasileiras deslocaram o país do capitalismo competitivo para o monopolista, com a manutenção da dependência, realizando uma “modernização conservadora a partir de fora” (FERNANDES, 1980, p. 279-280).

Nesse sentido, conforme ressalta Florestan, o que houve em 1964 foi uma contenção contrarrevolucionária, “para garantir a ‘modernização’, a incorporação e a industrialização maciça”, produzindo um Estado autocrático que “é também um Estado heterogêneo”, com três faces salientes, em que: a primeira seria a aparência democrática sustentada por um formalismo institucional, mas na qual “os oponentes reais estão desqualificados ou neutralizados; a maioria, mesmo eleitoral, não tem influência concreta”; a segunda seria “uma política econômica de linha dura”; e, por fim, seu caráter fascista, que terá como principal função “a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular” (FERNANDES, 1979, p. 43-44).

Desse modo, na perspectiva de Florestan, a “modernização” realizada pelos militares deve ser tratada sempre entre aspas; como uma modernização da relação de dependência e não uma modernização do país − para a qual seria imprescindível a conquista da autonomia, seja ela conquistada por uma revolução dentro da ordem, quer dizer, pela finalização da “revolução burguesa”; seja instaurada por modelo socialista: a revolução contra a ordem.

Em sua interpretação, sobre o que ocorreu no Brasil, Florestan apontou que o capitalismo não possui um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável, pois podem existir diversos modelos de desenvolvimento capitalista, correspondendo às várias formas que o capital assume ao longo da história. Fernandes (1975), nesse sentido, cita três etapas do desenvolvimento capitalista no Brasil, num espaço de tempo que vai desde a Independência até o período imediatamente posterior à “Revolução de 64”.

A primeira etapa trata da emergência e expansão do mercado capitalista moderno: a transição neocolonial, do começo do séc. XIX, passando da ruptura do pacto colonial ao estabelecimento de um mercado e comércio internos, junto à internalização do excedente econômico do modo de produção escravista até a consequente crise deste, no terceiro quartel do referido século.

A segunda consiste na etapa do capitalismo competitivo, partindo do período da participação concomitante do trabalho livre e do escravo nas relações produtivas, que são atraídas para as cidades, e das pressões de fora para dentro e de dentro. Fernandes (1975) mostra como o Brasil cedeu às pressões tanto para abolir a escravatura quanto para universalizar o trabalho livre, visto serem de interesse do desenvolvimento do capitalismo industrial da época; apontando, assim, que as nações centrais exercem poder indireto sobre a periferia através do mercado.

A terceira etapa do desenvolvimento capitalista, enfim, decorre da expansão do capitalismo monopolista, que é diferenciado pelas adversidades dos períodos de guerras, pela disseminação de revoluções no mundo pelo socialismo e a luta do capitalismo pela sua própria sobrevivência. A palavra de ordem, então, é o desenvolvimento pela associação com as economias centrais, a expansão dos grandes conglomerados na periferia e impedir a “ameaça vermelha”. O desenvolvimento monopolista na periferia aparece de forma “muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação” (FERNANDES, 2005, p. 254) sendo que no Brasil “assumiu com referência à parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida” (FERNANDES, 2005, p. 255).

Nenhuma dessas fases, no entanto, corresponderia a uma réplica do desenvolvimento capitalista característico das nações centrais e hegemônicas, mas todas apresentam traços típicos das nações periféricas e heteronômicas. Além disso, em nenhuma dessas três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor uma ruptura com a dependência ao exterior, a desagregação completa do antigo regime ou a superação do subdesenvolvimento e da subordinação ao imperialismo.

Segundo Florestan Fernandes, o problema central das economias dependentes é que o processo de modernização fica à mercê de burguesias impotentes para superar a situação de subordinação externa, e onipotentes para impor, unilateralmente, a sua vontade ao conjunto da população. Nesse sentido, o desenvolvimento dependente aparece como o produto de burguesias incapazes de levar às últimas consequências as utopias de que são portadoras: a revolução nacional e a revolução democrática. O nó da questão encontra-se na perpetuação de um padrão de luta de classes que impede a emergência do povo no cenário político.

No contexto conformado pelo capitalismo dependente, o regime de classes deixa de exercer as suas funções construtivas, como a de possibilitar um mínimo de homogeneidade e de igualdade aos indivíduos no processo de valorização via mercado, suporte sob o qual se poderia construir uma estratificação social de fundamentos estritamente econômicos. Ao invés disso, o regime de classes acaba se prestando à perpetuação da polarização estrutural dessas economias, de onde cabe à elite apenas:

[...] resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico, capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida. (FERNANDES, 1975, p. 83-84).

Nessa via, o desenvolvimento do capitalismo na periferia, então, não apresenta os moldes clássicos de uma revolução burguesa democrática, identificada com uma sociedade nacional independente. O modelo é, na verdade, contra revolucionário, ultraconservador e autocrático, perpetuando as relações senhoriais no Estado-Nação, para garantir seus privilégios sociais, políticos e econômicos, impedindo um desenvolvimento autônomo das relações produtivas pela heteronomia da burguesia periférica à hegemonia do capitalismo financeiro-industrial das economias centrais. Logo, no processo do desenvolvimento capitalista dos países da América Latina, e especialmente do Brasil, a burguesia é inerte e subordinada, possibilitando, com a presença do capital estrangeiro, a dominação imperialista.

Apesar de constatar os sucessivos governos que mantiveram as classes trabalhadoras imobilizadas, Florestan compreende que houve, no período, um desenvolvimento industrial suficiente para que, nos anos 1960, ocorresse a emergência e difusão de movimentos de massa antiburgueses, nas cidades e até em algumas áreas do campo. Tais movimentos, mesmo sem representar perigo imediato, “acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: ‘contaminaram’ estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena-burguesia etc.” e, desta forma, infiltraram-se influências especificamente antiburguesas e revolucionárias nas massas populares (FERNANDES, 1975, p. 324).

Florestan tratou, de forma muito crítica e combativa, uma série de teorias modernizadoras, as quais identificam o desenvolvimento do capitalismo dependente como uma fase histórica, que estaria condicionada a uma evolução, tal qual a ocorrida nos países de capitalismo avançado. É nesse sentido que se compreende que a situação de manutenção dos laços de dependência internacional foram uma opção política da burguesia nacional, e que os resquícios de atraso social cumprem um papel histórico para acumulação de capital. Assim, enfatiza-se que:

[...] sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do cálculo capitalista do agente econômico privilegiado (FERNANDES, 1968, p. 86).

Ao resgatar o processo particular do desdobramento do capitalismo brasileiro para dar forma a seu modelo explicativo, Florestan expõe a dinâmica dos agentes históricos que impulsionam ou freiam determinados elementos econômicos, políticos ou sociais. Nesse sentido, Cardoso (2002) observa que a análise feita por Florestan é típico-ideal, buscando nos ‘agentes humanos’ − o burguês – indivíduos capazes de encarnar o ‘espírito burguês. Nessa leitura, juntos, os burgueses e o espírito do capitalismo instaurariam a ‘ordem social competitiva’. Esse burguês, para Florestam, é formado dentro da lógica capitalista, que consiste na articulação entre os mecanismos “de fora para dentro” (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e “de dentro para fora” (da periferia para os centros hegemônicos). Quanto a esses dois fatores, o externo e o interno, um não se fortalece sem ou contra o outro (FERNANDES, 1975).

Embora o avanço das transformações capitalistas impulsione e dinamize a ordem social competitiva, seu ritmo e sua intensidade são incompatíveis com a participação do conjunto da população no processo de modernização dos padrões de vida e de consumo. Como as burguesias dependentes não abrem mão de privilégios exacerbados, os esforços para combater as desigualdades sociais não podem avançar até o ponto em que a alteração na correlação de forças ameace a absoluta supremacia das classes dominantes sobre a sociedade (SAMPAIO JR., 1997). Por esse motivo, Florestan adverte que, ainda que o crescimento econômico seja um elemento estratégico do padrão de dominação, que alimenta ilusões de melhor classificação social, o crescimento econômico não é uma solução para os problemas gerados pela dependência.

Florestan analisa, ainda, a importância primordial da transformação capitalista como fator essencial da mudança histórica nas formações periféricas ocidentais: o crescimento capitalista é real, apesar de dependente. O que a periferia reproduz são as “características estruturais e dinâmicas essenciais” do capitalismo central — isto é, economia mercantil, competitiva, mais valia etc. — sem as quais ela “não seria capitalista”. Observa, além disso, que a uniformização dos princípios de modernização não exclui a existência de diferenças que decorrem do processo pelo qual esse desenvolvimento capitalista torna-se dependente, subdesenvolvido e imperializado (FERNANDES, 2005).

As condições de dependência, subdesenvolvimento e formação imperializada do país estariam alicerçadas em duas conexões histórico-sociais. A primeira, a própria formação e estrutura da economia capitalista dependente, que está constituída para proporcionar excedente econômico a outras economias capitalistas mais avançadas, obedecendo a uma lógica “espoliativa”. A segunda, as condições pelas quais foi encetado e incentivado, internamente, um processo de acumulação capitalista suficientemente consistente e dinâmico têm conduzido, com frequência, a um privilegiamento crônico de formas extremas de concentração social da renda, do prestígio e do poder. Nessa linha, afirma-se que:

No contexto histórico-social do capitalismo dependente, o regime de classes preenche apenas algumas de suas funções essenciais e, assim mesmo, de maneira variavelmente unilateral. [...] Pessoas e grupos de pessoas, em posições estratégicas, adquirem probabilidades únicas de concentrarem ainda mais em suas mãos uma renda, um prestígio social e um poder já exageradamente concentrados. [...] As classes altas passam a resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, como conexão histórico-social do capitalismo dependente, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida (FERNANDES, [1968] 2006, p. 75).

Florestan reconhece a existência dessas “diferenças fundamentais”, típicas do capitalismo periférico, mas insiste em combinar os processos de transformação capitalista, de um lado, e de dominação burguesa, de outro, como se ambos devessem permanecer estrutural e, necessariamente, ligados nas diversas atualizações históricas concretas da modernização capitalista. A tese de Florestan sobre o “modelo autocrático- burguês de transformação capitalista” visa transcender o paradigma histórico consagrado sobre a revolução burguesa, representando, ao mesmo tempo, uma tentativa teórica de explicar os impasses e as limitações práticas da modernização capitalista na periferia do sistema. O núcleo da explicação sociológica estaria no “caráter retardatário das revoluções burguesas na periferia dependente e subdesenvolvida do mundo capitalista”. No caso brasileiro, a “contrarrevolução burguesa” de 1964 e o sistema “autocrático” que se instalam seriam o produto inevitável da modernização tardia.

Figura 1: Principais resultados apresentados pela Revolução Burguesa no Brasil, segundo Florestan Fernandes

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, Fernandes (2005) demonstra que o Brasil transita em sua revolução burguesa: da condição de dependência do colonialismo para a dependência em relação ao imperialismo total. Essa condição impede a conformação de uma superestrutura “liberal-democrática” de tipo clássico, realidade que se explicita se for levado em conta a sucessão de golpes de Estado e restrições democráticas que configuram a história política brasileira. Uma síntese dos principais resultados encontra-se na Figura 1. O caráter tardio de nosso desenvolvimento capitalista, também, faz com que a burguesia emergente prefira se aliar às antigas classes dominantes e excluir qualquer possibilidade de um compromisso permanente com os “de baixo”. Isso ocorre porque nossa burguesia se incorpora ao sistema de poder imperialista mundial, num período em que já se trava uma batalha de vida ou morte entre capitalismo e socialismo, radicalizando o caráter reacionário das burguesias imperialistas e das burguesias dependentes. A classe dominante brasileira enfrenta essa realidade através da contrarrevolução prolongada, que combina formas mais ou menos explícitas de poder autocrático.

# 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a interpretação do Brasil, notadamente sob um prisma político, econômico e, sobretudo, sociológico, a obra de Florestan Fernandes é altamente contributiva. Sua inovação transcende a adaptação de fenômenos observados no capitalismo avançado à realidade dos países da periferia e, particularmente, do Brasil. Ao proceder tais adaptações, Florestan consegue captar especificidades importantes, de cunho não apenas sociológico, mas também econômico, político, cultural e psicossocial dos países subdesenvolvidos, bem como os constrangimentos daí resultantes, e as alternativas para a sua superação. A análise da revolução burguesa no Brasil revela a influência do passado colonial na formação da sociedade brasileira; o descompasso histórico entre as transformações internas e as imposições da economia mundial, que implicam um processo de sobreposição de estruturas políticas, econômicas e institucionais inacabadas.

Houve, sim, revolução burguesa, mas não houve revolução nacional, popular e democrática. Precisou-se do capitalismo monopolista dos países centrais e das burguesias externas para levar a cabo a transformação. Contudo, nem por isso, ou, talvez, por causa disso, no Brasil, a burguesia jamais deixou, em todo seu processo de transformação capitalista, de ocupar e controlar as rédeas a ferro e fogo, diretamente ou por meio de testas de ferro, o poder econômico, social e político da sociedade brasileira.

O caráter do Estado no Brasil e sua relação com as classes sociais expressam características estruturais derivadas da forma do capitalismo dependente que aqui se desenvolveu. A formação social do Brasil carrega as marcas impressas pela herança colonial e seus desdobramentos sobre a inserção subalterna do Brasil na ordem global. A revolução burguesa brasileira foi conduzida pelo alto, por intermédio de uma aliança, no nível do Estado, entre os setores dominantes e sem uma efetiva participação dos “de baixo” nesse processo. Os sujeitos dessa revolução burguesa no Brasil eram desprovidos de uma orientação democrática e nacional e, por isso, não tinham como meta a construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo. Em virtude disso, o legado da transição ao capitalismo foi um grande *deficit* nos marcos civilizatórios e políticos conquistados pelas clássicas revoluções democrático-burguesas.

Os processos de transformação social no Brasil são repletos de “modernização conservadora” e revoluções “pelo alto”, elementos típicos das vias “não clássicas” de desenvolvimento do capitalismo. Não houve uma ruptura definitiva com o estatuto colonial para a instauração do modo capitalista de produção – requisito primordial em outras formações –, e as estruturas agrárias foram conservadas e adaptadas à dinâmica industrial, que delas se abasteceu em seu desenvolvimento. Da mesma forma, a existência de uma periferia que vive à margem dos ganhos do avanço econômico e social é um elemento central para a imposição de mecanismos, como a superexploração da força de trabalho, na medida em que contribui para rebaixar o padrão de vida da população.

Com base no estudo dessas valiosas contribuições, pode-se depreender que a revolução burguesa no Brasil e a modernidade capitalista se completam, conservando os traços da condição periférica e dependente: a conciliação do moderno com o arcaico; a apropriação do Estado por parte das elites; e a canalização de seus aparatos para o atendimento de interesses privados em detrimento do público; bem como uma forte dissociação entmre capitalismo e democracia. A reversão dessas linhas de força da nossa formação social não pode se dar senão pela ruptura com o próprio capitalismo.

# REFERÊNCIAS

BARÃO, G. O. D. **As contribuições educacionais de Florestan Fernandes**: o debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Tese de Doutorado, 2008.

CARDOSO, M. L. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.10, nº.26, abr. 1996.

CARDOSO, F. H. Introdução à Revolução Burguesa no Brasil. In: SANTIAGO, S. (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguiar. 2002.

D’INCAO, M. A. (Org.) **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. São Paulo: Paz e Terra; Unesp, 1987.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**.2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª. ed., 1981.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 5ª. ed., 2005.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Global Editora, [1968] 2006.

MARX, K. A burguesia e a contra-revolução. In: MARX, K; ENGELS, F. **Karl Marx e Friedrich Engels**: obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, [1848] 1985. p. 48-51.

MARX, K.; ENGELS, F**. Luta de classes na Rú**ssia. São Paulo: Boitempo, 2009.

MAZUCATO, T. P. S. **Democracia e política na obra de Florestan Fernandes**: o momento de interpretação do Brasil (1960-1975). São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Dissertação, 2016.

MENESES, J.. **Florestan Fernandes e a teoria da revolução burguesa no Brasil**. Serv Soc Soc. São Paulo, n 141. 2021.

PEREZ, D. M. **Floresan Fernandes**: interpretes do Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Tese de Doutorado, 2018.

PINTO JUNIOR, L. A. B**. A dinâmica das classes sociais no pensamento de Florestan Fernandes.** Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Campus de Marilía, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Dissertação. 2016.

SAMPAIO JR, P. A. **Entre a nação e a barbárie.** Vozes, Petrópolis, 1999.